



A DIMENSÃO ESPACIAL DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO E A EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO

Sônia Maria Ribeiro de Souza¹
UNESP/Presidente Prudente

Antonio Thomaz Júnior²
UNESP/Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

O objeto de análise deste texto é a prática do agronegócio. Prática essa entendida não só como um conjunto de atividades agroindustriais levadas a efeito por determinados grupos sociais no espaço agrário brasileiro, mas também como uma construção e constituição de um discurso que fundamenta ações e expressões do processo de construção da hegemonia da elite patronal e agroindustrial brasileira.

O fio condutor da análise passa pela compreensão de que a designação ou palavra agronegócio é uma construção discursiva que vem sendo constituída a partir das transformações da agricultura brasileira, particularmente desde seu processo de modernização. Este discurso tem aliado dois momentos específicos da realidade do campo brasileiro: a) as mudanças ocorridas com a Revolução verde, na década de 1960-70, com a introdução dos pacotes tecnológicos para a agricultura, que intensifica o capitalismo no campo e um discurso sobre a necessidade de modernização do campo e, desse movimento, b) a rearticulação intra e extraclasse dominante agrária em que se evidencia uma nova configuração na representação de interesses dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais.

Nesse contexto observa-se ações e estratégias, voltadas para o desenvolvimento da agricultura, esta pensada como suporte para desenvolvimento social e econômico do país e, como tal, deve ser prioritária no estabelecimento de políticas públicas e de parcerias com o Estado. É assim que a questão agrária ou a reforma agrária é colocada como anacrônica ou como “um velho discurso ideológico”.

¹ Doutoranda do PPGG/FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do CEGeT. Pesquisa financiada pela FAPESP.

² Prof. Dr. dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Coordenador do CEGeT.

Para dar conta de tal problemática tem-se como eixo de análise o discurso da eficiência do agronegócio o qual fundamenta uma nova representação da agricultura capitalista, e que escamoteia a concentração de renda, de terra e de capital e os efeitos perversos para os trabalhadores e camponeses. O pressuposto é de que a construção e ênfase no desempenho do agronegócio surgem como contraponto à questão da urgência da Reforma Agrária, sendo esta uma das formas de combate às desigualdades sociais e de democratização do acesso a terra. Assim, busca-se oferecer alguns elementos para a compreensão do que parece estar na base do discurso do agronegócio, do qual decorre um outro, a questão do desenvolvimento como uma das formas de controle social do capital no campo brasileiro.

Também nessa análise privilegia-se a relação construída entre o discurso do agronegócio e o discurso do desenvolvimento econômico e sustentável, pois acredita-se que esta é uma das instâncias em que o estreitamento das relações entre Estado e grupos da elite agrária brasileira se constituem para o implemento das práticas do agronegócio. É também nessa relação que há uma disputa acirrada pelo controle do capital no campo. As disputas em torno das representações de interesses da burguesia agrária são partes constitutivas de um mesmo processo que se traduz na manutenção e reprodução de tradições e aspectos da “velha ordem” dominante, mas que são resignificadas numa nova linguagem/imagem do que é moderno e do que é arcaico em face do desenvolvimento econômico e sustentável.

AGRONEGÓCIO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No campo da agricultura, o agronegócio está historicamente vinculado à idéia de desenvolvimento. Até meados da década de 1990, sempre que os textos acadêmicos, e documentos oficiais, se referiam a atividades desenvolvidas no campo, o usual era o termo Complexo Agroindustrial (CAI). A partir de 1990 esta expressão passou a ser instituída por agronegócio. Nos anos de 1990 com a expansão da agricultura e com os incentivos à exportação, era preciso integrar as atividades da agricultura com as atividades de cunho claramente modernizadas. A solução encontrada foi reunir todas essas atividades sob o cunho de agronegócio.

A modernização da agricultura, na década de 1960, passa a incorporar os principais pressupostos da revolução tecnológica, acompanhando as transformações dos demais setores econômicos e atingindo a organização de um novo modelo técnico, econômico e social de desenvolvimento agrícola, nos moldes da revolução verde (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Esse modelo baseia-se na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção agrícola, propiciando transformações econômicas e, conseqüentemente sócio-espaciais.

O desenvolvimento de métodos científicos para a realização da produção agrícola, visando o aumento de produtividade e a redução de custos, aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos, que foram fundamentais para imprimir inovações às forças produtivas. Com a pesquisa tecnológica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados nesta atividade, transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos.

O modelo de organização espacial da agropecuária é herdeiro de um modelo baseado nas grandes extensões de terra, na monocultura, na concentração e centralização de capitais que controla conglomerados que ultrapassam os territórios de produção, ampliando seu controle para o agroprocessamento, comercialização e especulação em mercado de futuros ou bolsa de valores etc., além de atuar na indústria alimentícia valendo-se produtos que alteram do sabor natural dos alimentos, definem hábitos alimentares, de consumo e de controle de mercados; o que na geografia brasileira foi cunhado por Milton Santos como o meio técnico científico-informacional (SANTOS, 1996).

O que torna o processo de mundialização da economia tema recorrente de reflexão já que possibilita a compreensão das diferentes faces do processo metabólico do capital no atual período de desenvolvimento da agricultura. Para isso basta acompanhar o atual sistema produtor de alimentos, dominados pelos grandes conglomerados agro-químico-alimentar e financeiros. É nesse cenário que comparecem as disputas pelo controle e gestão dos mercados, mas também de todo o circuito produtivo, a começar pelos territórios da produção (direta) de alimentos e em outras partes da cadeia do processamento industrial e o capital financeiro.

E são definidores, nesse caso, a participação institucional representada pelos órgãos estatais, pelos institutos de pesquisa³. Esses órgãos elaboram pesquisas, um conjunto de leis, de diretrizes com a pretensão de elaborar verdades e práticas sobre a agricultura. Assim, à medida que algum discurso se torna hegemônico, torna-se verdadeiro. Com isso, novos discursos são formulados e novas tecnologias de controle são efetivadas. Tudo isso validado pelos feitos de poder. Esses efeitos de poder, tanto no discurso político quanto no discurso econômico e científico controlam, selecionam e distribuem os discursos em si. Esses discursos durante as últimas décadas redesenham a agricultura elaborando novas formas de ocupação do território e parecem ser sustentados valendo-se de duas premissas.

³ Refere-se aqui aos órgãos públicos como o Ministério de Ciência e Tecnologia, que por sua vez é apoiado e reforçado pela Secretaria Técnica do Fundo Setorial de Agronegócio, EMBRAPA, Universidades, entre outros.

A primeira é de que a ciência e a tecnologia são tidas como os principais domínios de atividade humana promovedores de desenvolvimento social e econômico e, na verdade, a ciência e a tecnologia estão inscritas na construção de uma formação discursiva política que se quer cada vez mais verdadeira e confiável, já que inscrita na lógica capitalista; daí seu potencial destrutivo já que ao mesmo tempo geram desequilíbrios e mudanças avassaladoras nas formas de produção e reprodução sociais camponesas ou da pequena produção, por exemplo. A segunda, que o pensamento intelectual e político são depositários da ideia de um espaço rural enquanto lugar de atraso. O preâmbulo do desenvolvimento e da modernização feitos ao espaço rural brasileiro com as técnicas e produtos avançados expropriou, assim, as perspectivas de formas de vida, vivências, modos de lidar com a terra, códigos de conhecimento e reprodução social de uma população envolvida em outras lógicas e finalidades de vida em relação a um padrão hegemônico.

Na história recente, uma configuração de modernização, embora favorável em alguns pontos, causou incongruências e divisões no espaço rural, por meio da crença em uma pedagogia da “conscientização” das melhorias técnicas e gerenciamento da produção. Forjaram-se meios de reordenação espacial e social proporcionando marginalidade, opressão e subordinação e expropriação das populações rurais. A “onda” modernizante, por estar assentada em uma lógica de dominação, além de não alcançar a expectativa de crescimento econômico generalizado, desabilita seu discurso de aumento da qualidade de vida ou bem-estar social. Entretanto, o controle das formas de vida não se faz apenas pelo controle econômico com suas restrições de acesso aos bens materiais. Uma determinada forma de episteme utiliza-se de meios mais sutis para infundir um “novo mundo” que esteja alinhavado aos seus interesses.

Nesse processo, o discurso do agronegócio emerge, então, como aposta e incentivo de um modelo de desenvolvimento ancorado no ideário de desenvolvimento econômico na sua versão mais quantitativa em que destaques são dados aos ganhos de produtividade e competitividade, mas se desconsideram o amplo leque de seus efeitos no meio rural. A concentração da propriedade da terra é o mais conhecido. Outros são a expressiva injeção de subsídios na forma de créditos e um investimento altíssimo em pesquisa e tecnologia para a consolidação de um modelo tecnológico intensivo na utilização de máquinas e insumos que oneram a força de trabalho, além da destruição dos recursos naturais e seus efeitos deletérios sobre o meio ambiente.

Esse discurso não emerge em um vácuo e nem é novo. Defende-se aqui que esse discurso é reatualizado valendo-se de uma crise do sistema capitalista mundial, que tem a possibilidade de sua recriação tendo em vista o momento pelo qual passa o planeta; ou seja, a crise e a sobredeterminação absoluta do contexto do aquecimento global e dos impactos da mudança do clima sobre todas as formas de vida do planeta. O esgotamento paulatino das reservas de petróleo⁴, a

⁴ Além do alto custo do aparato militar para manter o controle sobre as que existem.

necessidade e a urgência da promoção de energias limpas para alimentar o crescimento econômico vêm ocupando lugar central nos debates públicos mundiais como se esses fossem problemas novos. Neste cenário de crise energética e transição para fontes de energias “sustentáveis e renováveis”, é a promoção da agroenergia em nível mundial que tem desencadeado uma corrida desenfreada na busca de “soluções” e tem reportado o Brasil como “líder mundial” promotor desses recursos. Essa corrida, promovida pela ofensiva do capital tem provocado rearranjos produtivos no espaço agrário brasileiro.

A defesa do Brasil como líder mundial na promoção de recursos renováveis ou de agroenergia, principalmente o etanol derivado da cana-de-açúcar, tem se fundamentado no fato do país ser o primeiro a ter desenvolvido a tecnologia para o desenvolvimento desse combustível, portanto um pioneiro na fabricação de álcool derivado do etanol desde a década de 1970. Foi a partir do Proálcool que o país se viu na condição de produtor de etanol.

Para o que interessa argumentar aqui no momento, está claro a eleição brasileira de expansão do setor sucroalcooleiro, setor tradicionalmente oligárquico dotando-o de altos recursos financeiros, via financiamento pelo BNDES, para se adequar às premissas dominantes do padrão econômico, “modernizando-o”. Ao mesmo tempo que propicia o setor de recursos financeiros também possibilita a abertura do setor para o capital estrangeiro, facilita a compra de usinas e terras pelas grandes empresas transnacionais, tudo à custa da oferta de créditos subsidiados, ignorando a concentração fundiária e o monocultivo em larga escala da cana de açúcar, adotando mecanismos e estratégias políticas fundamentadas em discursos favoráveis a tornar o país o maior produtor mundial de etanol, e nesse sentido, atuando como agente dinamizador da expansão da economia canavieira e das usinas de etanol no país (THOMAZ JR, 2009).

A estratégia de expansão da oferta de agroenergia a partir da biomassa, em especial do etanol, reproduz o modelo dominante da economia neoliberal e nega explicitamente a possibilidade de se realizar no país uma ampla reforma agrária eliminando o latifúndio tradicional e o moderno, garantindo que milhões de famílias de camponeses e trabalhadores rurais sem terra possam ter acesso à terra dotando o espaço rural qualidade de vida e de produção em outras base. A opção dominante de expansão da oferta do etanol no país vem se dando pelo alto, sem contar com os interesses populares e, nessa direção, se efetiva a partir da articulação das ações governamentais com os interesses da burguesia agrária, ou seja, dos grandes capitais nacionais e também estrangeiros (THOMAZ JR, 2009)

Mais que uma aposta no crescimento e/ou desenvolvimento econômico calcado no discurso do país benfeitor e “à frente do espaço-tempo das economias globais”, o que se observa é uma articulação do capital em busca de controle e subordinação, por meio da atuação dos oligopólios das empresas transnacionais de insumos e produtos agropecuários, apoiados por agências multilaterais como a

OMC, o FMI, o Banco Mundial, o BID, a FAO e os grandes bancos privados (THOMAZ JR, 2009, MARTINS, 2008, OLIVEIRA, 2009).

DELINEANDO UM CENÁRIO: MUNDIALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISCURSO

A composição atual do espaço agrário vem sofrendo profundas alterações e tem na reestruturação produtiva seu maior corolário. Do modo de organização até as formas de produção, distribuição e circulação o campo vem assumindo um perfil homogêneo em suas formas de produção para atender às exigências do capitalismo global ou de uma nova ordem mundial. Assim, a mundialização do capital, como tendência geral do capitalismo em considerar o espaço como sem fronteiras ou sem barreiras para sua reprodução, tem sido responsável por um reordenamento das formas de organização do capital alterando a dinâmica geográfica do capitalismo e vem respondendo pelas principais transformações operadas na produção do espaço geográfico. Originária da crise de acumulação dos anos de 1970 e para responder a essa crise deflagrada nesse período tem-se como estratégia a mundialização do capital, como afirma Chesnais (1999, p. 24),

Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio.

Nesse sentido, sendo interpretada como um movimento de financeirização acelerada e crescente da economia mundial e operando de forma desigual para os diferentes agentes; isto é, o capital move-se livremente em busca de novos espaços de valorização, pressionando pela abertura de novos mercados nacionais e pela desregulamentação do trabalho. Entretanto os trabalhadores permanecem restringidos às fronteiras nacionais. Há, por meio da expansão dos domínios financeiros e técnicos produtivos, uma aceleração dos processos de deslocalização e segmentação tanto econômica quanto social (BENKO, 19995 ; CASTELLS, 20006).

Esse movimento de financeirização ao ocasionar profundas transformações nos paradigmas produtivos e nos cenários sociopolíticos em escala internacional, fez com que os Estados nacionais passassem, a partir dos anos 1980, a ser cada vez menos representados como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, passando a ser vistos, nesta conjuntura, como plataformas ofensivas para a economia mundial. Os capitais financeiros tornaram-se independentes das estruturas produtivas e das regulações políticas em escalas

⁵ BENKO, G. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁶ CASTELLS, M.A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

nacionais e os Estados, em contrapartida, passaram a depender, cada vez mais, em função de endividamento, dos mercados privados. Os Estados perderam, portanto, autonomia, pela via da desregulação bancária perdendo também a capacidade de administrar as moedas nacionais (BENKO, 1997).

A capacidade de intervenção dos Estados nacionais dá-se no sentido de baixar os custos de produção – modificando a legislação trabalhista –, institucionalizar os ajustes macroeconômicos necessários à livre expansão do capital e impulsionar a revolução técnico-científica, cujos objetivos são mudar o perfil da composição do mundo do trabalho e aumentar sua produtividade (DEL ROIO, 1999).

No que diz respeito às políticas públicas, disseminou-se a crença na racionalidade que decorre dos ajustes de mercado e das negociações efetuadas em espaços de decisão segmentados e, nesse sentido, os mecanismos da mundialização do capital vieram simultaneamente favorecer as inovações técnicas e enfraquecer as organizações sindicais, cimentando as bases de uma modernização crescentemente incapaz de integrar a sociedade. O que se viu foi um certo discurso hegemônico pretender induzir que os processos históricos passem a ser governados pela própria dinâmica da inovação tecnológica, debilitando as condições de vida da população. Consolidada a inserção internacional como principal vetor de dinamização econômica, o discurso da competitividade foi sendo enunciado para legitimar o desemprego – considerado como custo social inevitável ou então atribuído à “incompetência” dos trabalhadores ditos dotados de pouca capacidade de “empregabilidade” – e levar à mobilização “guerreira” dos que não perderam seus empregos. Ou como afirma Thomaz Jr (2009, p. 49) “tem-se a (re)criação de um novo trabalhador, com novas qualificações e natureza multifuncional (polivalente)”.

A questão deixa de ser a inexistência e a impossibilidade do pleno emprego, e passa a ser a falta de requisitos necessários para se adaptar à nova realidade que se configura. A individualização do problema culpabiliza o trabalhador pela sua situação de desempregado na medida em que o mesmo, se parar de estudar e se reciclar, não terá mais o seu emprego garantido, colocando as negociações coletivas em segundo plano. O indivíduo passa a ser responsável pela sua trajetória de sucesso ou fracasso⁸.

Assim, o neoliberalismo integra a racionalidade do governo à ação racional dos indivíduos, em uma clara demonstração da polaridade entre subjetividade e poder.

⁷ DEL ROIO, M.O Estado da globalização. In: Estudos de Sociologia. Araraquara: UNESP, ano 3, n.6.p. 143-148.

⁸ A esse respeito basta acompanhar as relações de trabalho no setor canavieiro, em que os trabalhadores são submetidos a uma lógica perversa de e, na maioria das vezes, a ausência de qualificação é a maior justificativa para se submeter a este tipo de ocupação.

Os estudos que priorizam a relação entre Estado e sociedade revelam que o neoliberalismo, não é a redução do Estado ou sua limitação a funções básicas, ao contrário, no modelo neoliberal, o Estado não só retém sua função tradicional, como incorpora novas tarefas e funções. Desenvolve indiretamente técnicas de controle dos indivíduos sem, no entanto, precisar responsabilizar-se por ele. A estratégia de formar sujeitos responsáveis por si mesmos (e também pelos coletivos, famílias, associações, etc), transferem a responsabilidade pelos riscos sociais, antes atribuída ao Estado, para a esfera das escolhas individuais. A aparente “retirada” do Estado, também é uma técnica de governo. A competência regulatória do Estado, é paulatinamente substituída pelo apelo à responsabilidade individual e ao auto-cuidado. A estratégia neoliberal é, portanto, suplementar os antigos mecanismos regulatórios e disciplinares, com o desenvolvimento de técnicas de auto-regulação (LEMKE, 2001).

Assim, os Estados nacionais passaram a ser meros espaços comerciais abertos, sendo moldados às dinâmicas das estratégias que vinculam o “nacional” aos processos de mundialização (BENKO, 1999, CHESNAIS, 1999). Nesta perspectiva, observa-se uma inversão nas formas de legitimação dos Estados: enquanto que num determinado período, por exemplo, do desenvolvimentista, a legitimidade era garantida por meio do aumento do gasto público, hoje, as políticas públicas se legitimaram pela redução das despesas, pelo baixo investimento em setores sociais, etc., mas priorizando os investimentos em setores representativos do grande capital, como é o caso da agricultura capitalista.

No que se refere ao setor sucroalcooleiro, as estratégias implementadas pelas empresas em resposta a crise, instalada desde a década de 1970, enquadram-se no projeto neoliberal, cuja tônica é o envolvimento e a cooperação do trabalhador, transformando-o num parceiro que interioriza as metas e os objetivos da empresa, desestruturando a organização coletiva do trabalho.

A desqualificação do Estado tem sido “o carro chefe” do discurso neoliberal, no qual se configura o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, na medida em que esse se torna o promotor da competitividade e o indutor da desregulamentação das relações de trabalho. O grande capital implementa a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, o acesso ao patrimônio e ao fundo público, com a desregulação sendo apresentada como modernização que valoriza a sociedade civil, liberando-a da tutela do Estado protetor.

Na esfera da produção ocorreram mudanças radicais, como a nova onda tecnológica que penetrou amplamente em todos os setores da economia, configurando um novo paradigma de produção industrial. Esse novo paradigma surgiu como uma resposta à crise de acumulação capitalista, estratégia de reorganização da produção e dos mercados, influenciando na organização da sociedade e nas relações entre capital, trabalho e Estado. O decênio 1973/83 foi marcado por um período de crise, caracterizado pela instabilidade financeira, e a

redução dos preços em relação à produção. Como consequência, surgiram tendências no mercado mundial: inovações tecnológicas, novas formas de organização do trabalho, transformação das estruturas e estratégias empresariais, novas bases de competitividade etc.

O avanço da biotecnologia é um exemplo claro desse processo em que produtos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, com seqüenciamento genético, produção de variedades que se adaptam a determinados solos e condições climáticas, enfim, é necessário o investimento em muitos planos e pesquisas, para produzir as melhores variedades, as mudas que melhor adaptam às diferentes regiões país, os fertilizantes, o plantio, a colheitadeira, e seus meios de transporte. Contudo, esse processo que vem acompanhando o mundo moderno não avança em movimento uniforme.

Processo esse que é regido por uma lógica que impacta o mundo do trabalho manifesto na redução do emprego regular e o uso do trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado como exigência da atual divisão territorial da produção capitalista. Como argumenta Thomaz Jr (2009) o controle do trabalho aparece, nesse sentido, como estratégia fundamental para o desenvolvimento de estratégias de acumulação e, nesse contexto, alguns lugares mostram-se bastante atraentes por oferecerem muito mais facilidades para a implementação de padrões flexíveis e precários de contratação, contribuindo para atender às exigências de um novo modelo de desenvolvimento.

Diante disso, a crise atribuída ao planejamento e aos mecanismos de financiamento do crescimento com distribuição de renda consistiu em uma forma determinada de conduzir o conflito na dinâmica do processo de desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento foi o mecanismo e estratégia de composição de blocos de capital e de organização de mercados. O desmonte do Estado Keynesiano-fordista veio colocar em novos termos as relações entre as esferas políticas nacionais e internacionais e os processos de produção/gestão/coordenação das crises no “capitalismo mundializado”.

Neste contexto, uma nova ortodoxia do desenvolvimento incorporou ao longo dos anos 1990 um conjunto de inovações discursivas que procuraram redistribuir legitimidade e poder no que se refere ao governo dos homens e das coisas. A noção de “governança”, adicionada às condições do ajuste liberal dos anos 1980, é uma das mais sugestivas em significados⁹. Baseada no receituário do Banco Mundial nasce do esforço conceitual de especialistas que buscavam legitimar a ação das agências multilaterais de desenvolvimento em países em que os Estados nacionais afiguravam-se corruptos ou com “baixos índices de governabilidade”. A questão posta foi: como “auxiliar” o desenvolvimento de países periféricos sem

⁹ É bastante interessante observar que essa noção foi incorporada por muitos estudiosos do meio rural, inclusive a partir de proposições como “desenvolvimento territorial rural”.

comprometer a soberania política dos seus governos, em respeito aos próprios estatutos do Banco Mundial. A estratégia discursiva encontrada foi a de separar funções propriamente políticas das funções ditas de “governança”, entendidas como referentes à “boa gestão dos recursos de um país”. Ou seja, questões vistas do ponto de vista gerencial e, portanto passíveis de sofrerem ingerência de organismos multilaterais¹⁰.

Reportando à origem da noção de governo, pode dizer que se tratou, neste caso, da promoção de uma operação discursiva a que Foucault chamaria de um processo de “desgovernamentalização do Estado”. Segundo este autor, o Estado pré-moderno não governava, apenas assegurava a soberania sobre o território. A partir de leituras de Maquiavel é que se teria promovido a introdução da noção de governo no seio dos Estados modernos então nascentes. A noção de soberania, que até então era a principal propulsora da ação dos príncipes, sendo caracterizada pela busca de domínio sobre os territórios, cedeu lugar ao governo de homens e coisas. Surge, assim, a Economia Política, como um saber estratégico de Estado, relativo à condução das coisas em direção à produção de riquezas. Uma Biopolítica – da qual a Estatística é parte central – emergiu como um saber específico sobre a população, como mecanismo de controle sobre a higiene, a saúde, enfim reprodução coletivas voltadas para o fornecimento das quantidades suficientes de trabalho à produção capitalista nascente.

Assim como os Estados nacionais incorporaram historicamente as práticas governativas no século XIX, assiste-se, atualmente a um externalização de algumas dessas práticas, seja pela via das privatizações, seja pela via de uma discursivização sobre “parcerias”, “responsabilidade social das empresas”, “desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental” e assim por diante. Tudo de acordo com o lema “uma sociedade que toma em mãos os seus próprios problemas”.

Assim, da mesma forma como se quer fazer acreditar que as reformas de mercado necessariamente geram crescimento, prosperidade, desenvolvimento, difunde-se a ideia de que existe um receituário administrativo autônomo, desvinculado do mundo da política, da estrutura e da alçada do Estado, e que o mesmo é necessário para dar eficácia aos propósitos enunciados do referido ajuste. Em outras palavras, mais uma vez, os enunciados de crescimento econômico e desenvolvimento, ao longo do tempo e do espaço propiciam a passagem de uma formação à mesma, insinuando outra diversa.

Um elemento da reatualização e ressignificação desse discurso é a expansão da atividade canavieira que, apoiada no movimento de discussão da finitude paulatina dos combustíveis fósseis, do aquecimento global e dos impactos da mudança do clima sobre todas as formas de vida do planeta, desencadeia uma

¹⁰ Pode-se conferir no documento World Bank, Governance and Development, Washington, 1992, p.1-61.

estratégia agressiva de ocupação do território brasileiro. O mote levado a efeito é a necessidade e a urgência de promoção de energias consideradas limpas para alimentar o crescimento e o desenvolvimento econômico, considerando-se que este é o momento em que se visualiza o momento de um “umbral de uma nova civilização”. Para isso foi criado um fundo de investimentos, nacionais e estrangeiros, para aplicar em agroenergia presidido pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Esse fundo destina-se a captar recursos para investir em pesquisas e desenvolvimento de tecnologia em parcerias com empresas e institutos de pesquisas e, além disso, aplicar em compra de terras e desenvolvimento de outros projetos¹¹.

Thomaz Júnior (2009) considera que nessa etapa de acumulação a expansão do agronegócio de energia e seus efeitos são caracterizados como um novo vetor de conflitos socioambientais, em especial em suas implicações para a Soberania Alimentar, já que esse modelo, entre tantas contradições que encerra, destaca-se o esforço em integrar a agricultura familiar e camponesa ao modelo de agricultura de energia como solução para a geração de emprego e renda e manutenção da população no campo. E essa integração pode modificar a correlação de forças, a relevância e o sentido da luta pela terra e pela reforma agrária.

DISCURSOS E OS REARRANJOS DO ESPAÇO AGRÁRIO

A expropriação do campo e a retomada da expansão da agricultura da cana-de-açúcar atualmente consistem em um importante problema para uma leitura geográfica que se centra na reestruturação produtiva no campo. Esse problema levanta uma suspeita em relação a um projeto baseado na ênfase e euforia dos benefícios trazidos pelo agronegócio, evidenciando os custos de seu desenvolvimento: a concentração da terra e da renda, a expropriação do campo, os problemas ambientais, o desmonte das relações trabalhistas e a conseqüente exploração do trabalhador rural em condições sem precedentes na atualidade, entre outros.

Os discursos elaborados sobre o agronegócio em nível governamental e não governamental nas últimas décadas, se deram num contexto marcado por várias mudanças, tanto de ordem política quanto econômica. No campo político a mudança ocorreu com maior visibilidade por volta de 1980, com a democracia e, nos anos seguintes, no campo econômico, a partir de um redimensionamento do movimento do capital ocasionado pela consolidação do neoliberalismo.

No contexto das várias crises econômicas ocorridas no mundo, sobretudo a partir da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, tem sido demonstrada a fragilidade do

¹¹ Dinheiro Rural, ano III, n. 25, p. 76-77, Nov. 2006.

sistema capitalista mundial. Na busca para alcançar seus objetivos, os ideólogos e defensores desse sistema têm procurado implementar novos modelos econômicos, na tentativa de alcançar a recuperação do sistema mundialmente falido.

O ajuste neoliberal surge como um instrumento de reorganização da economia e da política na busca da superação dessa problemática. Os defensores do capitalismo mundial, para alcançar seus objetivos, elaboram políticas públicas visando atender a seus interesses de classe, na direção da consolidação da hegemonia de seu projeto. As conseqüências advindas da política de ajuste neoliberal – a desregulação dos mercados, a defesa do Estado mínimo e as reformas que envolviam mudanças em várias áreas sociais trouxeram alterações desastrosas para a grande maioria da população e para o espaço rural em particular

O Brasil, como um país em desenvolvimento e dependente passou a adotar as políticas neoliberais, seguindo as orientações e realizando mudanças que tinham como objetivo maior atender aos ditames da hegemonia neoliberal, com o discurso de melhorar a economia do país. Mas, ao contrário, com a realização das privatizações e as reformas, sobretudo, da previdência e administrativa, o país agravou a histórica desigualdade social, aumentando o fosso entre as elites econômicas e o restante da população.

É partir do século XX, que se observa como os mecanismos hegemônicos, utilizados para a consolidação das reformas neoliberais, têm definido as políticas públicas e sociais, em vários países do mundo, principalmente, nos países dependentes ou periféricos. Nesse contexto, as diretrizes para o a agricultura têm sido aplicadas, hegemonicamente, particularmente nas últimas duas décadas, a partir dos objetivos previstos no ajuste neoliberal. Os fundamentos das diretrizes que vêm sendo disseminadas no espaço agrário no Brasil contemplam prioritariamente os interesses da política econômica nacional e internacional de expansão e acumulação do capital, contrariando seus princípios de equidade, pertinência e autonomia. Nessa direção, os mecanismos hegemônicos de ajuste neoliberal têm definido as diretrizes para a agricultura no Brasil, visando a atender aos interesses do capitalismo global.

Tais mecanismos hegemônicos de ajuste neoliberal são encontrados no conjunto das ações norteadoras de políticas públicas, particularmente das ações voltadas para atender as demandas do agronegócio no país, sobretudo o canavieiro. É possível afirmar, a partir da leitura de projetos, de relatórios e documentos elaborados por órgãos estatais, do Ministério da Agricultura e de Secretaria Estadual, que esses documentos apresentam um fio condutor que caracteriza a marca do compromisso neoliberal, na construção e legitimação da expansão do capital no campo. Tal fio condutor, sobretudo em relação ao incremento do agronegócio, é representado pelos princípios e conceitos que se harmonizam com o discurso da modernidade e com a mercantilização da agricultura. Entre tais

princípios destacam-se a produtividade, a eficiência, a eficácia, a competitividade, a regulação ou controle. Eles estão presentes de forma explícita ou implícita nos vários documentos que norteiam as políticas para o desenvolvimento do setor no país. No caso deste estudo, observam-se como as mudanças ocorridas na economia mundial têm desencadeado as mudanças operadas no espaço agrário brasileiro, realizadas de forma hegemônica através do ajuste neoliberal. Destaca-se como o movimento desencadeado na sociedade, provocado pelas várias crises econômicas, tem demonstrado as contradições do sistema capitalista mundial. Essas contradições têm sido evidenciadas, sobretudo, a partir da implementação de propostas apresentadas como inovadoras e modernizantes, mas que, ao mesmo tempo, têm produzido resultados devastadores para a população rural.

Nessa direção, a palavra da moda, originária desse processo, globalização¹², é enunciada para atribuir a processos reais que não são descritos a partir de uma noção que possa sintetizá-la. Alguns autores afirmam que se está diante de uma retórica que faz parte de um discurso criado a partir da década de 1980 para explicar o deslocamento da economia mundial, de uma inscrição no sistema de Estados-nação para novas formas de organização que o transcenderiam.

Sabe-se que a velocidade dos fluxos de mercadorias acelerou-se a níveis sem precedentes propagando o processo de desterritorialização e reterritorialização de capitais e esse processo produziu um grande número de tensões geográficas e conflitos. A chamada globalização vem sendo enunciada frequentemente como síntese do processo de desterritorialização e reterritorialização, de forma a torná-los a-espaciais ou a-geográficos e, desse modo, destituí-los das referências às relações de poder que neles se encontram (SWINGEDOUW, 2000). Neste contexto, a maioria dos governos, em diferentes escalas, passou a tomar medidas para alinhar suas políticas às novas exigências de uma ordem mundial competitiva. A esse respeito Acselrad (2006, p. 14)¹³, afirma que,

Um cânone acadêmico e monolítico reproduzido por uma elite internacional de economistas e analistas políticos tem fundamentado as receitas políticas que se impoem a uma sociedade civil fortemente impactada pelas mudanças nas relações de forças sociais distribuídas no espaço. A desregulação institucional (ou re-regulação como preferem alguns) ter-se-ia tornado a receita padrão para a dinamização das economias locais, regionais ou nacionais.

Para o que interessa argumentar, aqui, a esse respeito, é nesse sentido que a reestruturação da geografia da circulação e da acumulação do capital altera as configurações espaciais e as escalas de governos existentes, inaugurando novas e contraditórias formas de produção do espaço e apropriação do meio ambiente. E

¹² CHESNAIS (1996) denomina esse processo, com o qual se concorda aqui, a mundialização da economia ou do capital.

¹³ ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G. N. Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

isso traz à tona novamente a questão dos paradoxos: quanto mais se fala no fim dos recursos naturais e, em última instância da natureza, mais o político, o econômico e o científico se imbricam e buscam uma linguagem pautada pelo controle do natural, a exemplo da biotecnologia, do melhoramento genético, para se legitimar.

Na abordagem foucaultiana o discurso é compreendido não apenas como grupo de signos, mas como a ordenação dos objetos, como relações de poder. O discurso é o espaço onde saber e poder se articulam em um jogo de ação e reação, dominação e resistência; enfim, como disputa, como luta. Desta maneira, a configuração de um objeto de discurso ocorre sempre em um jogo de relações e não pode ser concebido como exterior a essas relações. Isto é, não existe fora delas.

Para apreender melhor o caráter das relações que constituem, movimentam e articulam um espaço discursivo – ou, como afirma Foucault, para apreender a dinâmica das relações discursivas – é preciso ter claro, também, que elas, assim como os objetos que fazem emergir, não são internas ao discurso e nem tão pouco externas. Elas constituem,

[...] o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2002, p. 53 – Grifos nossos).

Assim, a produção do discurso do desenvolvimento é constituinte de uma arena de disputas de interesses e de movimentação de forças desencadeadas a partir da modernização da agricultura e seu correlato – o agronegócio. Daí que essa noção resulta do conflito e das disputas de interesse e poder vinculadas aos limites e contradições da expansão do capitalismo industrial. Ela é o resultado de uma determinada conformação de forças que busca tragar as demandas sociais, subordinando-as à lógica da reprodução do sistema, em espaços que se tornam cada vez mais interdependentes em função dos mecanismos da acumulação flexível.

O sentido da palavra desenvolvimento está incrustado na nossa maneira de ler, pensar e representar o mundo. Remete, na acepção mais geral e primária, ao processo pelo qual as potencialidades de um objeto ou organismo são realizadas, são completadas e amadurecidas. Partindo dessa idéia é possível construir

inúmeras metáforas, fato que tem marcado profundamente a trajetória semântica do conceito.

Em torno da palavra foi, então, constituindo-se um núcleo de sentidos correlatos: crescimento, progresso, evolução, melhora, etc. Esse núcleo tem condicionado todas as tentativas de redefini-lo. Independente do contexto e do esforço empreendido – seja agregando-lhe um qualificativo, ou tecendo explicações e definindo seus limites –, a expressão não escapa da idéia de “caminho percorrido”: do pior para o melhor, do simples para o complexo, do pouco para o muito, do inferior para o superior. Ela está sempre remetendo para uma escala evolutiva, para uma idéia de progresso.

Essa idéia de desenvolvimento é inerente à racionalidade ocidental moderna e em torno dela se constituíram os elementos de uma prática discursiva no sentido proposto por Foucault (2002). O conjunto de sentidos construídos em torno da idéia de desenvolvimento – grande parte, assentados em uma inabalável crença na capacidade dos recursos da ciência para gerar aparatos tecnológicos, produzir sistemas de organização mais eficientes e alimentar um progresso constante na qualidade de vida das sociedades – tornou-se um elemento central no funcionamento da lógica de operação do capitalismo industrial, passando, no interior do processo de expansão deste, a colonizar o mundo.

Não obstante, a conotação econômica que impregna a palavra desenvolvimento, sabe-se que ele deve ir muito além dessa esfera. O modo de o homem moderno pensar o desenvolvimento, ao sabor do capitalismo, é impregnado pelo ideário iluminista e propulsionado pela ciência moderna, cuja racionalidade é pautada pela valorização do individualismo, do utilitarismo, da separação e da simplificação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As transformações tanto econômicas quanto geopolíticas, sociais e institucionais vêm remodelando a base material da sociedade – tanto no centro capitalista quanto na esfera periférica – a partir de estratégias de acumulação que contêm, em essência, processos de geração e de difusão de novos conhecimentos. A geração de informação e de conhecimento sempre instituíram diversos modos de produção social, embora sua criação e distribuição possuam especificidades nos diferentes momentos históricos. A produção de conhecimento sobre os fenômenos naturais e sociais, por exemplo, faz parte do mecanismo de criação de estratégias de sobrevivência da espécie humana, embora o saber produzido seja sempre condicionado pelas condições concretas de cada sociedade, seus modos de vida, sua cultura, seu grau de desenvolvimento científico e tecnológico.

É nesse contexto que se observa a o (re)surgimento de discursos que impactam diretamente a agricultura e o espaço rural brasileiro. Discursos que são feitos em escala global e que têm repercussões nas escalas nacional, regional e local. Alguns desses discursos enfatizam a ameaça que o planeta vive em relação ao uso desmedido dos recursos naturais, da inesgotabilidade dos combustíveis fósseis e que têm desencadeado, em escala mundial, a corrida por alternativas tais como os agrocombustíveis. Derivados desses discursos têm emergido nos setores da agricultura brasileira uma ênfase no agronegócio como solução para a economia brasileira, mas agora, com responsabilidade social, com práticas mais justas e equilibradas ambientalmente. Em que pese a veracidade desses discursos e a necessidade de práticas na agricultura brasileira que levem em conta os aspectos sociais e ambientais para o bem do planeta, o fato é que esses discursos vêm sendo apropriados e têm sustentado o incremento e expansão do agronegócio no Brasil.

Também é nesse contexto que a ofensiva do capital por meio do incremento do agronegócio, particularmente do setor canavieiro, se apresenta. Ou seja, direciona-se, hoje, o discurso de que o país precisa desenvolver-se; que o país está diante do “umbral de uma nova civilização”, portanto se apresenta como alternativa mundial em termos de desenvolvimento de tecnologias para produção de energias renováveis e limpas; um país de dimensões continentais, com estoque de terras e mão-de-obra disponíveis e em plenas condições de gerar riqueza e renda; assim, instaura-se no país uma retórica em que assimila-se e adapta-se ao discurso econômico dominante entrelaçando-se, portanto, discursos e práticas que têm o espaço como referência, configurando novos territórios de atuação do capital. A exemplo da ocupação da Amazônia, do Cerrado, Triângulo Mineiro, Oeste paulista e sul de Mato Grosso do Sul com a atividade canavieira (THOMAZ JR, 2009, OLIVEIRA, 2009). Para compreender os meandros de tal dinâmica não se pode considerar essa prática como auto-evidente; deve-se, ao contrário, procurar captá-la ao mesmo tempo como expressões de relações de poder e como dinâmicas que, por sua vez, redistribuem este poder sobre o território e seus recursos, sejam eles materiais, institucionais ou políticos.

A reestruturação nas formas de organização do espaço e dos territórios segue a configuração contemporânea da produção e acumulação capitalista surgindo, também, outras exigências quanto a composição de estratégias de ação dos atores sociais. As formas assumidas pelo desenvolvimento do capitalismo em escala global criam conflitos e geram tensões que no mesmo movimento originam demandas de políticas e de instrumentos de regulação social e econômica.

De acordo com Thomaz Jr (2008, p. 327),

A lógica da racionalidade instrumental das empresas, de modo geral, pulsa os elementos constituintes da

reestruturação produtiva do capital que, por sua vez, planetariza/mundializa um conjunto articulado e simultâneo de procedimentos e estratégias, para garantir a exequibilidade da acumulação ampliada do capital, a monetarização das relações, dentro e fora do trabalho, e os patamares crescentes de produtividade e competitividade como mecanismo para rebaixar custos.

Nessa direção, é das ingerências da lógica de acumulação do capital que resultam as dinâmicas dos lugares e dos territórios, ora se colocando em evidência para produzir mercadorias para o mercado, ora se “submergindo” quando as mercadorias produzidas tornam-se menos rentáveis ao circuito do capital –, haja vista, hoje, o incremento do agronegócio canavieiro. É desse movimento as várias fases de modernização pelas quais o Brasil passou. A convivência com padrões desiguais de renda, de concentração fundiária, expropriação de terra e renda, de desrespeito às relações de trabalho, entre outros, evidenciam os alicerces pelos quais a modernização se fundamentou e, além disso, mostra os diferentes mecanismos de coerção contra os mais variados grupos sociais. Para tanto o sistema produtor de mercadorias se apropria de uma massa de despossuídos que ele mesmo produziu para a exploração da força de trabalho (THOMAZ JR, 2002).

Esse cenário encontra-se repleto de problemas de natureza nova e complexa, recolocando-se o desafio para o desenvolvimento de conceitos, teorias e estudos que sirvam como instrumentos de compreensão e de intervenção sobre processos que têm grande repercussão sobre as formas de organização do espaço e, conseqüentemente sobre as formas de vida do planeta.

A discussão de uma problemática ambiental se formula também por elementos teóricos ou fatos sociais que lhes sejam específicos, “idiosincráticos”. Assim, tende a formar-se um discurso que gradativamente é apropriado e se faz com sentido para a sociedade que o cria e o recebe. Ainda uma insatisfação quanto as possíveis alterações climáticas do planeta, redução da camada de ozônio, elevação de temperatura, concentração da taxa de gás carbônico na atmosfera, elevação do nível da água do mar, questões essas ligadas aos fenômenos populacionais (crescimento demográfico, principalmente) e às não tão discutidas manobras de reação dos países inquietos com eventuais concorrentes na indústria, comércio e agricultura.

Monta-se um repertório de questões ligadas a enunciados sobre “recursos”, “sustentabilidade”, “limites do desenvolvimento”, “crescimento demográfico” que, não desprezando sua importância, está pouco questionado quanto ao seu cunho ideológico, induzindo uma biologização de temáticas políticas e sociais. Argumentos ecológicos são tomados, grosso modo, para explicar e prever os “desequilíbrios” entre ambiente e sociedade. Isso é fundamental. Mas a razão

ecológica pode estar sendo utilizada de modo a estas esconder tensões e conflitos de ordem mundial, para assegurar o controle de elementos naturais na concorrência por mercados e por hegemonias regionais.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da Safra Brasileira – Cana-de-açúcar. Conab, abril de 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>> Acesso em: 22 de abril de 2008.

A EXPANSÃO DESENFREADA DA CANA-DE-AÇÚCAR muda perfil das propriedades e gera polêmica no meio rural. Globo Rural – 19 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.sucro-ethique.org/Os-riscos-da-expansao-dacana> Acesso em: 15 de janeiro de 2008.

ARAÚJO, N. B. de. & PINAZZA, Luiz Antonio. Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness. São Paulo: Globo, 1994.

ARRIGHI, G. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

ASSIS, W. F. T. e ZUCARELLI, M. C. Despoluindo Incertezas: Impactos Locais da Expansão das Monoculturas Energéticas no Brasil e Replicabilidade de Modelos Sustentáveis de Produção e Uso de Biocombustíveis, Coord. Lucia Ortiz, Fevereiro de 2007, 28p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Programa biodiesel nordeste: com inclusão social Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 24 p.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, M. Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001 [1970].

GÓMEZ, M. J. R. Desenvolvimento em (des) construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Doutorado em Geografia), 2006.

GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, S.M.R. Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa. Presidente Prudente: Presidente

Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Dissertação de Mestrado em Geografia) 2005.

SUNKEL, O. El marco histórico del proceso de desarrollo y de subdesarrollo. Santiago: CEPAL, 1967.

SZMRECSÁNYI, T. O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1979. 540p.

THOMAZ JÚNIOR., A. Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado), 439 p.

THOMAZ JÚNIOR, A. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). Presidente Prudente 2007c, (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR, A. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Presidente Prudente: Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Livre Docência) 2009.

Contato com o autor: soniahrib@gmail.com; thomazjrgeo@terra.com.br

Recebido em: 08/04/2012

Aprovado em: 15/06/2012